



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 6º

CONTRATO Nº 149/2023

GECONT/CONTRAT

Ct. nº. 149/2023 (SIAD nº. 9388039)

CONTRATO

prestação de serviços de Revisão de Atividades de Suporte (SAR), que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, e a empresa **ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 4.001, bairro Serra, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, neste ato representado pela Juíza Auxiliar da Presidência, RAQUEL GOMES BARBOSA, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 6.043/PR/2023, de 14 de março de 2023, e a empresa **ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.**, com filial em Belo Horizonte/MG, na Rua Sergipe, nº. 1.440, 11º andar, Sala 102, bairro Savassi, CNPJ nº. 59.456.277/0006-80, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, representada pelo Procurador, FÁBIO MARANHÃO PEREIRA, CPF nº. 142.839.008-18, celebram o presente Contrato, decorrente do **Processo SISUP nº. 417/2023 - Processo SIAD nº 355/2023 - Inexigibilidade de Licitação nº 37/2023**, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei Federal nº. 8.666/1993 e alterações posteriores, sujeitando-se as partes à Lei Estadual nº. 13.994/2001, regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 45.902/2012 e alterações posteriores, além das demais disposições legais aplicáveis e às seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de Revisão de Atividades de Suporte (SAR), vinculado ao processo de migração das aplicações, bancos de dados e servidores virtualizados para a nuvem pública Oracle, conforme Pedido de Compra: BR-13913775 da CONTRATADA, parte integrante e inseparável deste instrumento.

DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA: Observado o disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/1993, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto deste Contrato serão geridos pelo(a) servidor(a) efetivo(a) ocupante do cargo de Gerente da **Gerência de Infraestrutura Tecnológica - GETEC**, vinculada à **Diretoria Executiva de Informática - DIRFOR**, que designará formalmente o(a) servidor(a) efetivo(a) a quem incumbirá a fiscalização contratual e a aferição qualitativa e quantitativa da execução do objeto contratado.

2.1. A administração e fiscalização pelo TRIBUNAL não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

2.2. A equipe de supervisão e fiscalização do TRIBUNAL deverá acompanhar a regularidade fiscal da CONTRATADA perante o CAGEF, durante toda a execução contratual, tomando as providências cabíveis junto a mesma, caso a manutenção dessa regularidade seja alterada.

2.2.1. A regularidade referida neste subitem abrange também a verificação dos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA;
- d) Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

2.3. Os gestores/fiscais deste Contrato, no âmbito do TRIBUNAL, devem monitorar e reavaliar periodicamente os riscos de integridade da CONTRATADA.

2.4. A forma de comunicação entre os gestores e/ou fiscais do TRIBUNAL e o preposto da CONTRATADA deverá ser realizada, preferencialmente, pelo SEI.

2.5. O gestor deste Contrato poderá solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à sua Integridade.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA: Constituem obrigações das partes:

3.1. DO TRIBUNAL:

3.1.1. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas neste Contrato.

3.1.2. Notificar a CONTRATADA para, no melhor dos seus esforços, corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços, nos termos deste contrato e seus anexos.

3.1.3. Rejeitar os serviços realizados em desacordo com o previsto neste Contrato.

3.1.4. Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA referente à execução do objeto deste Contrato.

3.1.5. Prover profissionais técnicos capacitados para auxiliar o(s) profissional(is) da CONTRATADA na execução das atividades pertinentes a este Contrato.

3.1.6. Indicar um profissional para acompanhar o(s) profissional(is) da CONTRATADA e servir de interface entre os grupos/departamentos, informações necessárias provenientes do TRIBUNAL.

3.1.7. Prover toda a documentação indispensável (técnicas, processos e organizacional), solicitada pelo(s) profissional(is) da CONTRATADA, para a execução das tarefas necessárias.

3.1.8. Prover um espaço físico adequado para o(s) profissional(is) da CONTRATADA, assim como fornecer os suprimentos necessários, acesso à rede pública (telefone) e internet (via rede própria ou discada), caso haja necessidade.

3.1.9. Cumprir, de forma a não retardar os prazos da CONTRATADA, suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que a mesma cumpra suas próprias obrigações.

3.2. DA CONTRATADA:

3.2.1. Fornecer o objeto deste Contrato pelo preço contratado, de acordo com os prazos fixados, com as especificações constantes deste Contrato e seus anexos, sem nenhum ônus extra para o TRIBUNAL.

3.2.2. Executar os serviços, com esmero e perfeição, utilizando pessoal especializado, de acordo com as cláusulas deste Contrato e com estrita observância à proposta apresentada.

3.2.3. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, devendo comunicar ao TRIBUNAL qualquer anormalidades de caráter urgente, prestando os esclarecimentos necessários.

3.2.4. Prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos neste Contrato e seus anexos, comunicando ao TRIBUNAL qualquer anormalidade de caráter urgente, prestando os esclarecimentos necessários.

3.2.5. Informar ao Gestor do TRIBUNAL, quando solicitado por esse, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas que impeçam ou dificultem a execução dos serviços.

3.2.6. Indicar, no ato da assinatura deste Contrato, e sempre que ocorrer alteração, um representante da empresa em Belo Horizonte/MG, informando endereço, telefone e e-mail para representá-la perante o TRIBUNAL, acompanhar e fiscalizar a execução deste Instrumento.

3.2.7. Responder pelos danos materiais diretos, exceto lucros cessantes, que causar ao TRIBUNAL, limitados aos valores totais efetivamente pagos, sob a proposta da CONTRATADA, pelos serviços que deram origem à responsabilidade durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao evento que deu origem a tal responsabilidade, sob a respectiva proposta da CONTRATADA.

3.2.7.1. Para garantia do ressarcimento do dano direto, total ou parcial, tem o TRIBUNAL o direito de retenção sobre o pagamento relacionado a esta contratação, devido à CONTRATADA, após o devido processo legal.

3.2.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a prestação de serviços ora contratados.

3.2.9. Fornecer no prazo acordado ente as partes as informações e os esclarecimentos técnicos solicitados pelo TRIBUNAL sobre a execução dos trabalhos.

3.2.10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRIBUNAL ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, por um período de 3 (três) anos a partir da data de divulgação da informação identificada como confidencial, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

3.2.10.1. A CONTRATADA fica proibida de veicular, comercializar, demonstrar ou usar como “case” de apresentação de marketing da empresa, os dados do TRIBUNAL, sem a prévia autorização por escrito do mesmo.

3.2.11. Conhecer as normas e procedimentos de segurança do TRIBUNAL, devendo a CONTRATADA vincular-se a sua Política de Segurança da Informação.

3.2.12. Sujeitar-se à fiscalização do TRIBUNAL, quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes, na extensão ao disposto neste Contrato.

3.2.13. Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho.

3.2.14. Disponibilizar acesso à documentação completa, os manuais de administração, instalação e de gerenciamento de forma eletrônica.

3.2.15. Disponibilizar central de atendimento onde serão registrados e atendidos os chamados dos serviços objeto deste Contrato, sendo que o atendimento telefônico será prioritário.

3.2.15.1. A central de atendimento deverá ser disponibilizada por meio de linha telefônica gratuita 0800 e por meio de sistema informatizado via web (support.oracle.com), 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados, para abertura de chamados técnicos, objetivando o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao funcionamento dos serviços, acesso à documentação completa dos serviços, os manuais de administração, instalação e de gerenciamento de forma eletrônica, bem como permitir utilização de estrutura de pesquisa em base de conhecimento de solução de problemas e documentos técnicos da Oracle.

3.2.15.1.1. O número de chamados para o suporte deverá ser ilimitado e não poderá haver restrições, por parte da CONTRATADA, de quantidade de horas despendidas para atendimento.

3.2.16. Garantir tecnicamente os serviços prestados, nesse caso relacionados à qualidade dos produtos e a adequação plena ao seu funcionamento, conforme proposta da CONTRATADA.

3.2.17. Disponibilizar as atualizações e patches de segurança dos serviços arrolados.

3.2.18. A CONTRATADA cederá ao TRIBUNAL, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666/93, concomitante com o art. 4º da Lei nº 9.609/1998, o direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo dos resultados produzidos em consequência do cumprimento deste Contrato,

compreendidos pelos relatórios de atividades executadas e descrições técnicas, resguardando o direito de propriedade da CONTRATADA.

3.2.19. Manter, durante a vigência deste Contrato, sua regularidade fiscal perante o CAGEF, a ser aferida por meio da emissão de Certificado de Registro Cadastral (CRC).

3.2.20. Cumprir o disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA: Os 121 (cento e vinte e um) pacotes de serviços para Revisão de Atividade de Suporte (SAR) poderão ser usados em 12 (doze) meses, sendo que cada pacote compreende a revisão dos relatórios extraídos do portal MyOracle Support (MOS), para o planejamento de ações de suporte dentro do ambiente de produtos Oracle, as quais serão executados remotamente.

4.1. Estas ações deverão ser realizadas em horário comercial, durante 5 (cinco) dias úteis consecutivos pelos seguintes recursos:

COMPOSIÇÃO DO SERVIÇO DE ATIVIDADE DE SUPORTE-5 (SAR)	
Tipo de Consultor	Esforço (dias)
Engenheiro ACS Sênior	5
Líder Técnico /TAM II	1

4.2. A execução dos serviços de Revisão de Atividade de Suporte (SAR) deverá estar disponível para as seguintes tecnologias:

4.2.1. Oracle “Cloud Infrastructure”;

4.2.2. Oracle “Private Cloud at Customer”;

4.2.3. Oracle “Database” (bare metal ou virtuzlizado);

4.2.4. Oracle “Middleware”;

4.2.5. Oracle “Virtual Machine”.

4.3. No total serão 121 (cento e vinte e uma) execuções do Serviço de Atividade de Suporte-5(SAR), podendo ser realizados múltiplos SAR-5 em paralelo sendo cada unidade SAR correspondente a 5 (cinco) dias úteis.

4.4. Através dos pacotes de SAR, o TRIBUNAL poderá solicitar apoio na execução de tarefas de produção especializadas, bem como na viabilização da otimização operacional para seus ambientes complexos, devendo-se incluir, dentre os serviços específicos da CONTRATADA, assistência com uma ou mais das seguintes atividades:

4.4.1. Fase de Planejamento:

4.4.1.1. Suportar o TRIBUNAL na transição para a nova tecnologia com um serviço especialista, liderado localmente para apoiar o TRIBUNAL na tradução do design de rede de arquitetura de alto nível em com documentação detalhada de design de rede, necessária para instalar e configurar os dispositivos seguindo as melhores práticas.

4.4.1.2. Suportar o TRIBUNAL para identificar o melhor cenário de consolidação para as tecnologias Oracle.

4.4.1.3. Suportar o TRIBUNAL no planejamento da estratégia e Roadmap para uma adoção bem-sucedida desta tecnologia.

4.4.2. Fase de Migração:

4.4.2.1. Suportar o TRIBUNAL durante as fases de planejamento da migração das bases de dados Oracle, buscando viabilizar uma transição otimizada com o menor tempo de inatividade possível, simplificada e segura por meio de recursos e testes de resiliência.

4.4.2.2. Suportar o TRIBUNAL durante a migração ou instalação e configuração dos Software Oracle com base nas melhores práticas definidas pela Oracle a fim de garantir um tempo de instalação otimizado, risco reduzido com solução padronizada e executando uma configuração otimizada para o uso pretendido.

4.4.3. Fase de Operação e Manutenção:

4.4.3.1. Sessão de conhecimento do produto para fornecer ao cliente informações personalizadas sobre um produto ou tecnologia.

4.4.3.2. Executar ações de revisão de performance proativas para identificação de possíveis problemas de desempenho.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA: O prazo de vigência deste Contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da última assinatura deste Instrumento, podendo ser prorrogado por acordo das partes, mediante Termo Aditivo, observado o disposto na Lei Federal nº. 8.666/1993.

DO VALOR DO CONTRATO

CLÁUSULA SEXTA: O TRIBUNAL pagará à CONTRATADA o valor de **R\$ 3.238.390,80** (três milhões, duzentos e trinta e oito mil, trezentos e noventa reais e oitenta centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 269.865,90 (duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos).

6.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº. **4031.02.061.706.2025.3.3.90.40.02** ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

6.2. Os valores dos serviços prestados poderão ser reajustados após o decurso de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, pela variação positiva do IPCA (IBGE) acumulada no período.

6.3. No valor acima estão inseridas todas as despesas, tributos e encargos, necessários à execução do objeto contratado.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA: A CONTRATADA apresentará mensalmente, através do e-mail getec.notaufiscal@tjmg.jus.br da Gerência de Infraestrutura Tecnológica – GETEC, a Nota Fiscal, contendo discriminação clara e precisa do objeto contratado e seus elementos característicos, acompanhada do Certificado de Registro Cadastral (CRC) para comprovação da regularidade fiscal perante o CAGEF.

7.1 O TRIBUNAL providenciará o ateste na nota fiscal e o seu encaminhamento para pagamento em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do seu recebimento.

7.2. O TRIBUNAL, identificando qualquer divergência, devolverá as Notas Fiscais à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo estipulado no subitem 7.1 será contado a partir da reapresentação do documento com as devidas correções ou esclarecimentos.

7.3. O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA até o 7º (sétimo) dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal por dois servidores da GETEC.

7.4. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento relacionado a este Contrato, os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas e danos diretos contra terceiros, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.5. Somente serão pagos o objeto contratual efetivamente prestado e de acordo com as especificações que integram este Contrato.

7.6. A devolução da fatura não aprovada pelo TRIBUNAL em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução deste Contrato ou deixe de prestar o atendimento necessário.

7.7. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, exceto a descrita no subitem 3.2.3 da Cláusula Terceira deste Contrato, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção da prestação dos serviços.

7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = i/365$, onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

7.9. Na hipótese de isenção/imunidade de algum tributo, a CONTRATADA deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do pagamento que lhe for devido.

7.9.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término deste Contrato ou decisão terminativa.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA OITAVA: Executado o serviço, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73, inc. I da Lei Federal nº. 8.666/1993.

8.1. O recebimento do serviço deste Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativo, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

8.2 Cumpridas todas as condições previstas neste presente instrumento, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por 02 (dois) servidores da GETEC/DIRFOR.

8.3. Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o objeto rejeitado ser substituído/refeito de acordo com os prazos estabelecidos neste Contrato, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

8.4. Caso o serviço não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Contrato.

DA ENTREGA

CLÁUSULA NONA: Os serviços deverão ser disponibilizados ao TRIBUNAL a partir da assinatura do Contrato e poderão ser solicitados em até 12 (doze) meses.

9.1. Os serviços serão prestados de forma exclusivamente remota.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, desde que resulte na incapacidade técnica da CONTRATADA, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir este Contrato ou

continuar sua execução com empresa resultante da alteração social, mediante termo de cessão a ser firmado entre as partes interessadas.

10.1. Em qualquer dessas hipóteses, quando solicitado pelo TRIBUNAL, a CONTRATADA deverá entregar a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

10.1.1. A não apresentação do comprovante, em até 10 (dez) dias úteis após o pedido da alteração social ocorrida, implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido este Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas neste Contrato e em lei para essa hipótese.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, bem como:

11.1. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei ou no Contrato e Anexos.

11.2. Subcontratar o todo ou parte do serviço, ensejando tal ato sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/1993, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observados os termos legais, sem que isso implique aumento do preço proposto.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como:

a) Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nos casos enumerados nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que conveniente para o TRIBUNAL.

c) Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante o fornecimento objeto deste Contrato.

d) Por atrasos frequentes e injustificados no fornecimento contratual, bem como recusa da CONTRATADA em fornecê-los.

13.1. No caso de rescisão unilateral, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo fornecimento já realizado até o momento da rescisão.

13.2. A rescisão contratual, no caso de a CONTRATADA praticar atos lesivos ao TRIBUNAL, será precedida do devido Processo Administrativo sancionatório e/ou Processo Administrativo de Responsabilização (Resolução nº. 880/2018 deste TRIBUNAL).

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, execução insatisfatória do serviço, demora na execução, erro de execução, evidência de incapacidade técnico operacional, inidoneidade de informações prestadas à Fiscalização, bem como, inadimplemento de quaisquer outros requisitos previstos neste instrumento, o TRIBUNAL poderá aplicar à CONTRATADA, após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, as seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, informando-a sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;

b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;

b.3) até 2% (dois por cento) sobre o valor total deste Contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou normas da legislação pertinente;

b.4) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço da garantia.

c) Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da prestadora do serviço perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes de sua ação ou omissão, obedecido o disposto no inciso II do art. 54 do Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

14.1. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, dentre outras:

14.1.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas ao objeto previsto em Contrato ou instrumento equivalente.

14.1.2. Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas de execução.

14.1.3. Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao TRIBUNAL.

14.1.4. Entrega de objeto deteriorado, danificado ou inadequado para o uso, como se perfeito fosse.

14.1.5. Alteração de qualidade ou quantidade do objeto entregue.

14.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e d” do *caput* desta cláusula.

14.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação da sanção.

14.3.1. Na hipótese de multa contratual, se esta não for recolhida no prazo estabelecido no subitem 14.3 acima, o valor da multa aplicada poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA relativos a este Contrato e/ou cobrada judicialmente.

14.4. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP, devendo a CONTRATADA ser descredenciada junto ao Cadastro de Fornecedores do órgão ou entidade promotora desta contratação, por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

14.5. Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

14.5.1. Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas, em casos de requisição de cópia, sob pena de, a critério do TRIBUNAL, não serem analisados.

14.6. Sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, os atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº. 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei, conforme disposições da Resolução nº. 880/2018 do Órgão Especial deste TRIBUNAL, que institui e regulamenta o Processo Administrativo de Responsabilização - PAR no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas

Gerais e do Manual do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, instituído pela Portaria nº. 4.713/PR/2020 deste TRIBUNAL.

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A CONTRATADA deverá entregar na **Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária**, situada à Rua Gonçalves Dias, nº. 1.260, 9º andar, Funcionários, Belo Horizonte/MG, no prazo de 15 (quinze) dias **consecutivos**, contados a partir da autorização de início dos serviços, comprovante de garantia na modalidade **Fiança Bancária** no valor de **R\$ 161.919,54 (cento e sessenta e um mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, podendo ser acrescido em razão do disposto no item 15.1, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto.

15.1. A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência deste Contrato e seu valor corresponderá sempre a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados.

15.2. A prorrogação da vigência deste Contrato, fundada no art. 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/1993, obriga a CONTRATADA a prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada, para cada etapa deste Contrato, ou prestar nova garantia, observando que:

a. o valor corresponderá ao período aditado.

b. a nova vigência deverá abranger todo o período acrescido, cabendo à CONTRATADA prestá-la ao TRIBUNAL no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

15.3. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições deste Contrato, inclusive pela sanção pecuniária prevista neste instrumento, aplicada após regular e competente processo administrativo.

15.3.1. No caso de Carta de Fiança e Seguro-Garantia, deverá constar expressamente na carta ou apólice que o garantidor responderá pelo inadimplemento contratual praticado dentro da vigência da garantia, ainda que a decisão final condenatória do processo administrativo ocorra após seu término.

15.4. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

15.5. A CONTRATADA se obriga a manter o valor da garantia em compatibilidade com o percentual estabelecido no subitem 15.1 desta Cláusula, relativamente ao valor atualizado deste Contrato, devendo promover essa complementação de garantia e apresentar ao TRIBUNAL no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

15.5.1. O garantidor deverá ser informado pela CONTRATADA, previamente à formalização de termo aditivo, para evitar a perda da validade da garantia vigente.

15.6. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação ou penalidade, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição ou prestar nova garantia, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da dedução.

15.7. Havendo garantia, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo deste Contrato, competirá à CONTRATADA formular ao TRIBUNAL o pedido de liberação ou restituição junto à DIRFIN/COFINS.

15.7.1. A devolução da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades civis e penais oriundas da execução do objeto contratual.

15.8. O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente a CONTRATADA comunicar ao TRIBUNAL prévia e justificadamente essa intenção;

a) a fiscalização do TRIBUNAL declarar inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da CONTRATADA, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da CONTRATADA;

b) a substituição for por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666, de 1993;

c) a nova garantia prestada deverá preencher os requisitos inicialmente previstos neste Contrato;

d) no caso de Fiança bancária e Seguro-Garantia, existir expressamente previsão da cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituta tenha vigência igual à da substituída.

15.9. É vedada a inclusão de cláusula de proporcionalidade nos casos de seguro garantia e carta de fiança bancária.

15.10. No caso de rescisão deste Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento ao TRIBUNAL dos valores das multas e indenizações a este devidos, sujeitando-se ainda, a CONTRATADA, a outras penalidades previstas na Lei Federal nº. 8.666/1993.

DA ANTICORRUPÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos que lhe são legalmente aplicáveis, e se compromete, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores por atos que estejam vinculados a este contrato, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência e eficiência, valores preconizados no Código de Conduta do TRIBUNAL.

16.1. A CONTRATADA deverá dar conhecimento aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Programa de Integridade do TRIBUNAL e sobre as demais normas editadas por este TRIBUNAL sobre o tema que forem formalmente informadas à CONTRATADA.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

17.1. No contexto desta contratação figura a CONTRATADA como operadora e o TRIBUNAL como controladora de dados eventualmente compartilhados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do Contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

18.1. A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

18.1.1. Caberá à CONTRATADA implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.

18.1.2. A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ele atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este TRIBUNAL.

18.1.3. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o TRIBUNAL, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Federal nº. 13.709/2018.

18.2. A CONTRATADA deverá comunicar, em um prazo de até 24 horas ao TRIBUNAL, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.709/2018.

18.3. Para a execução do objeto deste Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seu(s) representante(s) fica(m) ciente(s) do acesso e da divulgação, por este TRIBUNAL, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A eficácia deste Contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário do Judiciário Eletrônico").

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

E, por estarem de acordo, assinam as partes o presente Instrumento eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

RAQUEL GOMES BARBOSA
Juíza Auxiliar da Presidência

PELA CONTRATADA:

FÁBIO MARANHÃO PEREIRA
Procurador

Gestor: GETEC

IF

jso



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Maranhão Pereira, Usuário Externo**, em 25/05/2023, às 19:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes Barbosa, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 26/05/2023, às 13:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **14095375** e o código CRC **0AD72EA6**.